



INFORME
TEMÁTICO
Nº 1/2019

OS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

OBSERVATÓRIO
SUL-AMERICANO
DE DEFESA E
FORÇAS ARMADAS



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Iniciado em 2001, Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas é um projeto conjunto de diversos grupos acadêmicos que se dedicam ao estudo dos assuntos da Defesa e das Forças Armadas na América do Sul. O objetivo central é contribuir com o debate acerca das temáticas abordadas por meio da produção e divulgação de informes, tendo como referência as notícias publicadas nos principais periódicos de ampla circulação nos países integrantes.

No Brasil, o Observatório é desenvolvido a partir do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), um esforço multidisciplinar e interinstitucional, coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. Os informes produzidos semanalmente pela equipe de graduandos, pós-graduandos e professores pode ser acessado dentro do site do GEDES. Também é possível solicitar adesão à lista de contatos e receber os informes via email a cada semana: contato@gedes-unesp.org.

Nesta publicação “Informes Temáticos”, apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira durante o ano de 2019: a presença de militares no governo Bolsonaro; a participação dos militares na segurança pública; e a questão orçamentária e seus reflexos nos projetos das Forças Armadas. Complementamos os resumos de nossos informes semanais com dados e análises, na expectativa de fornecer uma reflexão sobre como os jornais brasileiros informam ao grande público temas de grande importância para a sociedade. Neste momento de retrocessos, compreender as dinâmicas atuais por meio de sua alocação em um escopo mais ampliado possibilita uma análise mais embasada, qualificada e, espera-se, crítica.

Boa leitura!

Equipe Brasil 2019-2020 Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

Supervisão

David Succi Junior
Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Dias de Paula
Marina Gisela Vitelli

Redação

UNESP/Franca

Bruna Carolina da Silva Souto
Cristiano Manhães
Débora Maria dos Reis Pinto
Gabriela Fideles Silva
Isabela de Oliveira Guariza
Karina Hikari Thotusi
Leonardo Molina Ferreto
Renata Carol Cancian Mallmann
Solano Pereira d'Oliveira

UNIFESP

Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira
Larissa Barroso Cangerana
Leonardo Pontes Vinho
Viktória Balmat Silva Neto

Créditos fotos de capa e contracapa: Centro de Comunicação do Exército Brasileiro

OS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

Marina Vitelli

Prof. visitante EPPEN-Unifesp
Prof. Programa 'San Tiago Dantas'
(UNESP/UNICAMP/PUC-SP)
GEDES

Um dos temas de defesa e forças armadas mais tratados pela imprensa brasileira em 2019 foi a presença de militares no governo de Jair Bolsonaro. Já em 2018, após a eleição da chapa Bolsonaro/Mourão – ambos de origem castrense – começaram a ser publicadas matérias e colunas opinativas sobre o significado desse fato para a política brasileira. Novas publicações foram surgindo na medida em que o presidente eleito anunciava a nomeação de oficiais da reserva para chefiar ministérios do seu governo. Já em 2019, com a presença massiva de membros das forças armadas em diversos cargos do governo federal, a imprensa multiplicou e aprofundou as reportagens e análises sobre a questão.



Militares em órgãos de governo

Logo após sua posse, Bolsonaro nomeou oficiais da reserva como ministros do gabinete de seu governo: o general do Exército Augusto Heleno (ministro do Gabinete de Segurança Institucional); general do Exército Carlos Alberto dos Santos Cruz (Ministro da Secretaria de Governo); almirante da Marinha Bento Albuquerque (ministro de Minas e Energia); tenente-coronel da Aeronáutica Marcos Pontes (Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações); o general do Exército Fernando Azevedo Silva (Ministro da Defesa); o capitão do Exército Tarcísio Gomes de Freitas (Ministro de Infraestrutura) e o capitão do Exército Wagner Rosário (Ministro da Controladoria-Geral da União).

Militares também foram nomeados no começo do governo em **postos de segundo e terceiro escalão** em diversos órgãos federais, entre eles: a Secretaria nacional de Segurança Pública (general do Exército Guilherme Theophilo Oliveira); a Secretaria especial de Assuntos Estratégicos (general do Exército Maynard Marques de Santa Rosa); o Porta-voz da Presidência da República (general do Exército Otávio do Rêgo Barros); a presidência dos Correios (general do Exército Juarez Aparecido de Paula Cunha); a presidência do Conselho da Petrobras (almirante da Marinha Eduardo Bacellar Leal Ferreira); a presidência do INCRA (general do Exército Jesus Corrêa); a presidência da Funai (general do Exército Franklimberg Ribeiro de Freitas); a diretoria-geral de Itaipu (general do Exército Joaquim Silva e Luna), entre outros.

Folha de São Paulo publicou uma matéria a partir de dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação, solicitados a mais de cem órgãos federais. De acordo com as informações levantadas pelo jornal, até outubro de 2019, 8 dos 22 ministros eram militares. No total, considerando cargos de chefia ou assessoramento, o periódico registrou ao menos 2.500 militares da ativa e da reserva trabalhando no governo, a maioria deles pertencentes ao Exército.

Um dos temas de defesa e forças armadas mais tratados pela imprensa brasileira em 2019 foi a presença de militares no governo de Jair Bolsonaro. Já em 2018, após a eleição da chapa Bolsonaro/Mourão – ambos de origem castrense – começaram a ser publicadas matérias e colunas opinativas sobre o significado desse fato para a política brasileira. Novas publicações foram surgindo na medida em que o presidente eleito anunciava a nomeação de oficiais da reserva para chefiar ministérios do seu governo. Já em 2019, com a presença massiva de membros das forças armadas em diversos cargos do governo federal, a imprensa multiplicou e aprofundou as reportagens e análises sobre a questão.

Já em 2020, mudanças no governo levaram a novas nomeações de militares. No mês de fevereiro, o general Walter Souza Braga Netto – oficial da ativa, ex-interventor federal no estado do Rio de Janeiro – substituiu Onix Lorenzoni como ministro-chefe da Casa Civil, este último transferido para o Ministério da Cidadania. Com as alterações, todos os ministérios e secretarias com gabinetes dentro do Palácio do Planalto passaram a ser comandados por militares.

Matérias e infográficos

O Estado de São Paulo (02/mar/2019)
“Mapa dos militares: onde estão os representantes das Forças Armadas no governo Bolsonaro”

Folha de São Paulo (14/out/2019)
“Bolsonaro amplia presença de militares em 30 órgãos federais”

Por outro lado, a nomeação do general Fernando Azevedo como ministro da Defesa deu continuidade à decisão inédita desde a criação da pasta, tomada pelo governo Temer, de nomear um militar para a chefia do ministério, contrariando as recomendações dos especialistas em reforma do setor de segurança nos processos de democratização. A decisão aprofundou a já existente militarização do Ministério da Defesa brasileiro, representada pela prática costumeira de nomeação de secretários e diretores de origem militar.

Por fim, cabe apontar que a presença de oficiais militares não se limitou ao poder executivo. Em setembro de 2019, o procurador-geral da República, Augusto Aras, nomeou o general Roberto Severo como Assessor Especial de Assuntos Estratégicos. Já em 2018, prestes a assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal, o ministro Dias Toffoli incluiu no seu gabinete o general Fernando Azevedo como assessor para assuntos militares, após indicação do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas. Em decorrência da nomeação de Azevedo para chefiar a pasta da Defesa no governo Bolsonaro, Toffoli convocou o general da reserva Ajax Porto Pinheiro, também indicado por Villas Bôas.

Mudanças

Durante o ano de 2019, a tendência foi de franco incremento da presença de militares no governo. No entanto, houve também importantes mudanças de nomes após a exoneração de ministros e de outros funcionários de segundo e terceiro escalão.

No mês de abril, após o presidente decidir pela saída de Gustavo Bebianno da Secretaria-Geral da Presidência, nomeou para o cargo o general da reserva Floriano Peixoto Vieira Neto. Peixoto permaneceu no cargo até 20 de junho, quando Bolsonaro decidiu que substituiria o presidente dos Correios, general Juarez Cunha. A decisão do presidente foi motivada por sua insatisfação com a gestão deste último, contrário à privatização dos Correios. Após a troca, a Secretaria-Geral da Presidência passou a ser ocupada pelo major da Polícia Militar do Distrito Federal Jorge Antonio de Oliveira Francisco.

Uma das demissões que provocou mais tensões entre o presidente e as forças armadas foi a do general Santos Cruz, ocorrida no dia 13 de junho de 2019. Após semanas de desentendimentos entre o general e os filhos do presidente e seus aliados, Bolsonaro decidiu exonerar Santos Cruz e nomear para a Secretaria de Governo o general do Exército Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, oficial da ativa, até então Comandante Militar do Sudeste.

Também no mês de junho foi demitido o presidente da Funai, general Franklimberg de Freitas, substituído pelo delegado da Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier da Silva. Já em outubro foi decidida a exoneração do presidente do Incra, general João Carlos Jesus Corrêa, e a sua substituição pelo economista Geraldo Melo Filho. Também no mês de outubro, o general Maynard Santa Rosa pediu demissão da Secretaria de Assuntos Estratégicos – vinculada à Secretaria-Geral da Presidência – em razão divergências com o ministro Jorge Oliveira.

MILITARES NA POLÍTICA

OUTRAS PUBLICAÇÕES

- Dossier Revista Perseu Abramo "Os Militares e a Política".
- Samuel Alves Soares - ¿Volvieron los militares en Brasil? La democracia obstruida por la cuestión militar.
- Suzeley Kalil Mathias - "Militares já não alimentam expectativas: 'O governo não será aquilo que esperavam'"
- Alexandre Fuccille - PodCast Guilhotina: "O que pensam os militares".
- Jorge M. Oliveira Rodrigues - "Os Militares do Presidente"
- Adam Isacson - "What is Latin America's Political Turmoil Doing to Civilian Control of the Military?"
- Brian Winter - "It's Complicated": Inside Bolsonaro's Relationship with Brazil's Military
- José Murilo de Carvalho - Reedição do livro "Forças armadas e política no Brasil"

A ALA MILITAR

Pragmática

Segundo as análises dos jornais, a presença de oficiais das forças armadas no gabinete presidencial teria criado uma “ala militar” no governo Bolsonaro. Tal expressão, no entanto, não foi utilizada para alertar sobre a representação dos interesses e perspectivas da corporação militar no governo, mas para marcar o contraste com a chamada “ala ideológica”. Também identificado como o setor “olavista”, este grupo inclui os filhos do presidente, o chanceler Ernesto Araújo, o assessor especial da Presidência, Filipe Martins, e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, todos eles seguidores de Olavo de Carvalho. Enquanto a “ala ideológica” promoveria ações e políticas - tanto domésticas quanto externas - alinhadas com a extrema direita - a “ala militar” teria posicionamentos mais pragmáticos.

Competente

A imprensa também associou a ala militar com a parte mais competente do governo. Neste ponto, a mídia analisada reproduziu a justificativa oferecida pelas próprias forças armadas quando questionadas sobre sua participação em postos de primeiro, segundo e terceiro escalão. Conforme expressaram diversos oficiais militares, o presidente teria convocado membros das forças armadas devido à competência técnica adquirida pelos militares durante o processo de profissionalização meritocrático da corporação. Entretanto, não foi oferecida qualquer análise comparada com a formação de quadros técnicos e acadêmicos civis.

Moderadora

Em decorrência da diferenciação “ideológicos” X “pragmáticos”, parte da imprensa tratou a presença dos militares no governo Bolsonaro como uma força moderadora, ou seja, como atores que aproximam as ações do governo para o centro.

Do mesmo modo, a ala militar atuaria na resolução das crises criadas por iniciativas radicais do próprio presidente e do seu círculo mais próximo, ou perante conflitos provocados pelo despreparo técnico e político do quadro de funcionários da ala ideológica. De acordo com a imprensa, os militares teriam convencido o presidente de recuar em relação à declarações sobre possíveis decisões controversas, tais como o oferecimento de instalar uma base militar estadunidense em território brasileiro; a mudança da embaixada em Israel - da cidade de Tel Aviv para Jerusalém; o não comparecimento na posse do presidente argentino, Alberto Fernández, entre outros.

Um dos temas recorrentes em relação aos quais os militares reiteradamente teriam procurado moderar as declarações do Bolsonaro foi a situação da Venezuela. Em diversas oportunidades, o presidente e o chanceler sinalizaram a possibilidade de o Brasil empreender algum tipo de ação militar, de caráter humanitário, porém sem o consentimento do governo venezuelano. De fato, um oferecimento do tipo foi realizado por Bolsonaro ao presidente estadunidense, Donald Trump, mas fora descartado pela ala militar.

Nacionalista

Nacionalista: a imprensa associou a ala militar como a força dentro do governo que valoriza a soberania nacional, em contraste com a terceira ala do governo, o setor ultraliberal comandado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A imprensa destacou vários temas nos quais haveria conflito entre posições entreguistas desta última e posicionamentos nacionalistas próprios das forças armadas. Entre outros assuntos, foram mencionados a oposição dos militares à privatização de estatais como a Eletrobrás e os Correios, assim como supostos receios das forças armadas em relação ao alinhamento incondicional aos Estados Unidos e às tensões geradas com a China, principal parceiro comercial do Brasil

Governo sob tutela militar?

Diversas colunas e editoriais analisaram as implicações da presença de militares no governo para a democracia brasileira, sendo uma das discussões a existência ou não de uma situação de tutela militar. Nos governos civis sob tutela das forças armadas, os militares atuam viabilizando governos fracos por meio de apoio a políticas e “emprestando legitimidade”. Outra forma de tutela ocorre quando as forças armadas interferem nas decisões dos governantes civis, chancelando aquelas que consideram apropriadas e vetando aquelas que entram em conflito com seus interesses corporativos e visões políticas.

Em geral, os veículos de imprensa analisados pelo *Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas* durante 2019 avaliaram que não existem indícios suficientes de uma situação de governo tutelado. Embora identifiquem traços comuns entre os militares que participam do governo, a imprensa não interpreta que as forças armadas estejam atuando politicamente como corporação até o momento. Como justificativa da ausência de tutela têm sido apontadas instâncias nas quais o presidente demitiu militares, favorecendo membros da “ala ideológica”, e ocasiões em que Bolsonaro manteve decisões contrárias à opinião da “ala militar”.

De modo geral, os colunistas parecem coincidir com a ideia de que, após a transição do regime militar para a democracia, as forças armadas do Brasil se abstiveram de participar da política, argumento contestado por diversos especialistas. De fato, a mídia aqui analisada entende que as forças armadas só vieram a participar na política após a eleição de Bolsonaro, por convite do presidente, sem ter tido qualquer envolvimento durante a campanha eleitoral nem ter coincidências ideológicas com o presidente, diferentemente do apontado por especialistas acadêmicos.

Politização das forças armadas

Considerando esses elementos, o *Observatório* chama a atenção sobre a ausência de questionamentos por parte dos formadores de opinião em relação a questões tais como a preexistência de deliberação e articulação política entre os oficiais da ativa e da reserva durante o impeachment de 2016 e durante o governo Temer; o grau de identificação entre os militares e o bolsonarismo e, em decorrência, o nível de politização dentro da corporação.

De acordo com os estudos sobre relações civis-militares, nos regimes democráticos as forças armadas devem ser politicamente neutras: elas não deliberam sobre questões políticas, limitando-se a oferecer assessoramento técnico e executar as decisões emanadas das autoridades com legitimidade democrática. Os debates políticos não entram nos quartéis, nem a corporação formula sua própria visão política para o país. Poucas análises da imprensa consideram estas premissas.

Algumas colunas, inclusive, expressaram preocupação em relação aos possíveis efeitos negativos que o fracasso do governo Bolsonaro poderia ter sobre a corporação militar, recomendando aos oficiais abandonar o governo antes que a instituição se veja atingida pelos erros do presidente e da ala ideológica. Considerando preocupante também os resultados da pesquisa Data Folha realizada em abril de 2019 – na qual 60% dos entrevistados apoiam a presença de militares no governo, o GEDES entende a necessidade dos veículos formadores de opinião e outros participantes do debate público ocuparem-se de análises voltadas aos desafios à democracia, à liberdade e aos direitos humanos impostos pela participação das forças armadas em qualquer governo civil

GEDES- Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

Fundado em 2001, o GEDES é um grupo multidisciplinar que reúne graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores dedicados a analisar questões relativas à Paz, Defesa e Segurança Internacional, favorecendo a troca de informações entre seus pesquisadores através da promoção de reuniões de leitura e discussão.

Nossos produtos

- [Observatório de Política Exterior](#)
- [Observatório Sul-Americano de Defesa e FA](#)
- [Observatório de Conflitos](#)
- [Cenários Prospectivos](#)
- [ERIS – Defesa e Segurança Internacional](#)
- [ATLAS da Defesa Sul-Americana](#)
- [Rede Nacional de Estudos Estratégicos](#)
- [Dicionário de Segurança e Defesa](#)

Contato



[Site do GEDES](#)



contato@gedes-unesp.org



[Facebook do Observatório](#)

[Facebook do GEDES](#)



[Twitter do GEDES](#)

